

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	18
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	21
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	22
2.5 Medições não contábeis	23
2.6 Eventos subsequentes as DFs	28
2.7 Destinação de resultados	29
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	33
2.10 Planos de negócios	34
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	36
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	37
5.2 Descrição dos controles internos	45
5.3 Programa de integridade	50
5.4 Alterações significativas	57
5.5 Outras informações relevantes	58

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas na Seção 2 deste Formulário de Referência são apresentadas pelos Diretores da Companhia e extraídas das informações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e suas notas explicativas, bem como das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas revisadas da Companhia relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Já as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas revisadas da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, foram preparadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IAS 34 – Interim Financial Report, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as orientações, pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC, aprovadas pela CVM, e disposições da Lei Societária Brasileira.

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas revisadas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações. As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores do grupo da Companhia (<https://www.ri.aerisenergy.com.br/>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm).

Os termos “AH” nas colunas de determinadas tabelas nesta Seção 2 deste formulário de referência significam “Análise Horizontal”. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os Diretores da Companhia consideram que as condições financeiras e patrimoniais são adequadas para que a Companhia implemente seus planos de negócios e cumpra suas obrigações de curto, médio e longo prazos. Na opinião dos Diretores, os resultados econômicos permitem que a Companhia continue a crescer enquanto mantém índices de liquidez e alavancagem em patamares que julgam ser saudáveis.

Na tabela abaixo, seguem o Índice de Liquidez Corrente e o Índice de Liquidez Seca da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e em 30 de setembro de 2023:

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de
Índice de liquidez	2023	2022
Índice de Liquidez Corrente (*)	1,46	1,66
Índice de Liquidez Seca (**)	0,94	0,98

(*) Ativo Circulante/Passivo Circulante

(**) (Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante

Comparando-se os indicadores de liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e em 30 de setembro de 2023, nota-se que a Companhia apresentou redução em seus indicadores de liquidez.

A redução dos índices de liquidez corrente e liquidez seca da Companhia em 30 de setembro de 2023, quando comparados em 31 de dezembro de 2022, são condizentes com as expectativas da Diretoria e se encontram em patamares adequados ao estágio de execução dos contratos.

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de
(Em milhares de reais)	2023	2022
Dívida Líquida ⁽¹⁾⁽²⁾	1.026.890	757.444
Patrimônio Líquido	815.079	884.868
Capital Investido	1.841.969	1.642.312
%Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) ⁽²⁾	55,75%	46,12%
Dívida Líquida / EBITDA com Incentivo Fiscal ⁽²⁾⁽³⁾	2,98x	2,84x

(1) Dívida Líquida é a somatória de empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes e instrumentos financeiros derivativos no Passivo Circulante, menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante.

(2) Para mais informações sobre as medições não contábeis divulgadas pela Companhia, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

(3) O EBITDA com incentivo fiscal refere-se ao EBITDA considerando a despesa total de Imposto de Renda e Contribuição Social após da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aplicação do benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, referente a uma redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro, com efeito direto no caixa da Companhia.

O quadro abaixo resume as principais informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados:

Informações Financeiras Consolidadas	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		AH	Exercício encerrado em 31 de dezembro de
(Em milhares de Reais, exceto quando em %)	2023	2022	%	2022
Receita Bruta	2.837.476	1.984.555	42,98%	2.710.685
Receita Líquida	2.572.056	1.814.112	41,78%	2.468.884
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício	-69.997	-53.284	31,37%	-92.709
EBITDA ⁽¹⁾⁽⁶⁾	344.708	258.897	33,14%	266.815
EBITDA com incentivo fiscal ⁽²⁾	344.430	249.806	37,88%	267.031
Margem EBITDA (%) ⁽³⁾	13,40%	14,27%	-6,09%	10,81%
Dívida Líquida ⁽⁴⁾	1.026.890	717.185	43,18%	757.444
Dívida Líquida / EBITDA	2,98	2,77	7,58%	2,84
Volume de Vendas ⁽⁵⁾	1.739	1.410	23,33%	1.779

⁽¹⁾ O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras. O EBITDA é o resultado líquido do exercício, acrescido dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, do resultado financeiro e das depreciações e amortizações e funciona como um indicador de desempenho econômico geral, sendo uma medida gerencial que permite a comparação da Companhia com outras empresas do setor. Nos termos da Resolução CVM 156, a Companhia lembra que esta medida não possui significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias

⁽²⁾ O EBITDA com incentivo fiscal refere-se ao EBITDA considerando a despesa total de Imposto de Renda e Contribuição Social após a aplicação do benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, referente a uma redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro, com efeito direto no caixa da Companhia. O EBITDA apresentado trata-se do EBITDA LTM e se refere ao EBITDA calculado com base nos últimos doze meses consecutivos. Ele é utilizado para fins de cálculo de indicador de alavancagem financeira.

⁽³⁾ Margem EBITDA é o resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida.

⁽⁴⁾ Dívida Líquida é a somatória de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes e instrumentos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

financeiros derivativos do passivo circulante, menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos do ativo circulante.

(5) Quantidades de pás faturadas.

(6) Para mais informações sobre as medições não contábeis divulgadas pela Companhia, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

b. estrutura de capital

A Diretoria entende que a Companhia apresentou ao longo do exercício social de 2022 e durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, uma estrutura de capital adequada para o cumprimento do plano de expansão orgânico da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 o patrimônio líquido totalizava R\$ 885 milhões, a dívida bruta era de R\$ 1,8 bilhões, enquanto o saldo de caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros totalizavam R\$ 1 bilhão. Em 30 de setembro de 2023 o patrimônio líquido totalizava R\$ 815 milhões, a dívida bruta era de R\$ 1,8 bilhões, enquanto o saldo de caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros totalizavam R\$ 744 milhões.

A tabela a seguir mostra a evolução do endividamento e da posição patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e em 30 de setembro de 2023:

Em milhares de reais, exceto quando em %	Em 30 de setembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulantes)	1.767.178	1.816.726
Caixa e equivalentes de caixa	(743.647)	(1.061.718)
Instrumentos financeiros derivativos do passivo circulante	3.359	2.436
Dívida líquida ⁽¹⁾	1.026.890	757.444
Patrimônio líquido	815.079	884.868
Passivo total (Circulante + Não Circulante)	3.006.568	3.468.432
Passivo (Circulante + Não Circulante) / (PL + Passivo)	78,7%	79,7%

⁽¹⁾ Dívida Líquida é a somatória de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia acreditam que as condições financeiras da Companhia são suficientes para cumprir com seus compromissos. Esta opinião se baseia na capacidade demonstrada pela Companhia de manter o índice de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante) a partir de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

1,0x associada à capacidade (1,46x em 30 de setembro de 2023 e 1,66x em 31 de dezembro de 2022), caso necessário, de antecipar recebíveis de clientes.

A capacidade de realização dos estoques associada ao relacionamento que a Companhia possui junto a instituições financeiras confere acesso à linhas de crédito adicionais que permitem o cumprimento das obrigações da Companhia. Adicionalmente, na opinião dos Diretores, a contratação de dívidas estruturadas, além do ingresso no mercado de capitais, na hipótese de haver necessidade, conferem à Companhia recursos suficientes para cumprir com suas obrigações.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, nossas necessidades de recursos foram suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional da Companhia e por meio de recursos de terceiros.

Assim, considerando o endividamento e o fluxo de caixa da Companhia, os Diretores acreditam que a Companhia terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses. Caso os Diretores entendam necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as atividades e investimentos da Companhia, os Diretores acreditam ter capacidade para contratá-los.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os Diretores informam que a Companhia financia suas operações através de: (i) endividamento bancário de curto prazo, principalmente para financiar o capital de giro; (ii) endividamento bancário de longo prazo, destinado a investimentos em ativos não circulantes; (iii) contas a pagar com fornecedores de matéria- prima; e (iv) adiantamentos de clientes, os quais são retornados ao longo dos contratos de fornecimento de pás.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, a Companhia contratou as seguintes operações:

- i. Abril de 2022 a companhia contratou junto ao Banco Santander uma operação de Capital de Giro de montante de R\$ 150 milhões com vencimento em abril de 2024. Em setembro do mesmo ano, renegociou a operação dado a oportunidade de tornar o mesmo volume em uma operação de FINAME, com um custo menor e mesmo vencimento final.
- ii. Em novembro de 2022, a Controladora realizou a contratação do montante de R\$ 200 milhões junto ao Banco do Brasil, cujo vencimento final da operação ficou para novembro de 2024.
- iii. Ainda para reforço do caixa da Companhia, em julho de 2023, juntamente com o Banco BNDES foi celebrado contrato de financiamento – FINAME no montante de R\$ 93 milhões, com vencimento e pagamento de principal ao fim de 3 anos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Para maiores informações sobre os contratos financeiros da Companhia, vide item 2.1. (f) deste Formulário de Referência.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não apresentou deficiências de liquidez durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023. Supriu as necessidades pontuais com as contratações de operações financiamento e capital de giro, conforme item (d) acima.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os Diretores da Companhia, por meio de seus controles internos, acompanham e controlam toda estratégia de captação de recursos, sejam elas de empréstimos ou financiamentos. A Administração considera a saúde financeira como um dos principais pilares para um crescimento sustentável e perene da Companhia. Assim, entende que possui uma estrutura adequada de endividamento, com seus saldos devidamente segregados em curto e longo prazo, bem como seus indicadores saudáveis para o negócio.

Os Diretores entendem que a Companhia mantém um bom relacionamento e possui diversas linhas de créditos junto à bancos de primeira linha, sobretudo com bancos e instituições de fomento do país. Os Diretores têm por estratégia diversificar as operações financeiras da Companhia, evitando assim uma concentração/dependência das instituições financeiras.

A tabela abaixo apresenta as informações das modalidades dos contratos de empréstimo e financiamentos consolidados relevantes em vigor em 30 de setembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022:

(Em milhares de reais)	Em 30 de setembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Financiamentos e Debentures	1.581.479	1.533.694
Capital de Giro	185.699	275.167

A tabela abaixo apresenta determinadas informações relacionadas aos principais contratos financeiros da Companhia para fortalecimento de seu capital de giro em 30 de setembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em milhões, exceto em %)				
Banco	Vencimento	Taxa de Juros	Saldo em aberto em 30 de setembro de 2023	Saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022
Citibank	19 de fevereiro de 2023	3,50% + SOFR	0	7.865
Banco Itaú Unibanco	19 de março de 2024	1,50% + CDI	30.112	75.341

A tabela abaixo apresenta determinadas informações em 30 de setembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, relacionadas aos contratos de financiamentos e Debêntures contratadas pela Companhia para fins de investimentos de longo prazo:

(Em milhões, exceto em %)				
Banco	Vencimento	Taxa de Juros	Saldo em aberto em 30 de setembro de 2023	Saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022
Debentures 1ª Emissão	15 de janeiro de 2026	2,90% + CDI	616.957	641.190
Debentures 2ª Emissão	31 de julho de 2026	2,00% + CDI	713.763	739.946
Santander	15 de abril de 2024	1,20% + CDI	159.759	152.558
Banco do Brasil	20 de novembro de 2024	1,67% + CDI	155.587	199.826
BNDES	15 de agosto de 2026	7,94% +TLP	94.359	-

Neste sentido, os Diretores destacam as seguintes operações vigentes em 30 de setembro de 2023:

- (i) Realizada em 15 de janeiro de 2021, a 1ª Emissão de Debêntures, realizada por distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 Para mais informações vide seção 12 deste Formulário de Referência.
- (ii) Em 15 de julho de 2021, a Companhia procedeu com a 2ª Emissão de Debêntures, realizada por meio de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da então vigente Instrução CVM 476. Para mais informações vide seção 12 deste Formulário de Referência.
- (iii) Em 28 de setembro de 2022, foi celebrada entre as partes, Banco Santander e a Companhia, 08 (oito) contratos de FINAME, totalizando R\$ 150.000,00.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iv) Em 26 de maio de 2022, a Companhia juntamente com o Banco do Brasil celebrou a contratação de uma linha de Crédito Rotativo RCF (Revolving Credit Facility), sem garantia atrelada, por um valor máximo de compromisso de R\$ 200 milhões com vencimento em um ano, com possibilidade de extensão de prazo. O desembolso da referida linha de crédito pode se dar de forma total ou parcial a critério da Companhia, quando necessário. Em 20 de novembro de 2022, a Companhia realizou o saque total da linha de crédito rotativo no montante de R\$ 200 milhões. Os recursos oriundos desse saque foram utilizados para suprimento de caixa da Companhia.

(v) Em 28 de Julho de 2023, juntamente com o Banco BNDES foi celebrado contrato de financiamento – FINAME no montante de R\$ 93 milhões, com vencimento e pagamento de principal ao fim de 3 anos.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Ainda como estratégia, os Diretores da Companhia priorizam linhas de créditos de longo prazo para as necessidades de investimentos e linhas de curto prazo para atendimento das necessidades operacionais de fluxo de caixa da Companhia. Em 30 de setembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, 70% e 95%, respectivamente, da dívida da Companhia estava alocada no longo prazo.

A Companhia possui um histórico de expansões e todas elas realizadas também com o auxílio de bancos de fomento. Tais operações são realizadas através de linhas com custos competitivos e de prazos longos. Os Diretores entendem também a importância desse tipo de captação para os negócios da Companhia, o que demonstra que mantém níveis adequados de governança que atendem aos diversos pré-requisitos para contratá-las.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores esclarecem que não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível será (apresentadas em ordem de preferência de liquidação):

- Obrigações sociais e trabalhistas;
- Impostos a recolher;
- Financiamentos que possuem garantia real;
- Demais empréstimos e financiamentos;
- Fornecedores;
- Outros passivos; e
- Dividendos e juros sobre o capital próprio.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Os contratos de empréstimos e financiamento dos quais a Companhia é parte preveem cláusulas que impõem obrigações e restrições à Companhia, sob pena de vencimento antecipado das respectivas dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como as contratadas pela Companhia. Em 30 de setembro de 2023, a Companhia estava adimplente com todas essas exigências.

Para as Debêntures da Companhia, foram estipulados alguns eventos de vencimento antecipado, dentre eles a obrigação da manutenção da Dívida Líquida/EBTIDA ser igual ou menor que 3,5x.

Os Diretores, por meio de seus controles internos, acompanham mensalmente os indicadores de *covenants* financeiros da Companhia e trimestralmente realizam a aferição do seu resultado. Ao longo da história da Companhia, inclusive na data deste Formulário de Referência, os *covenants* apresentados nas linhas de dívidas haviam sido cumpridos de forma satisfatórias.

Adicionalmente, vale ressaltar que todos os contratos financeiros dos quais a Companhia é parte possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* e/ou *cross acceleration*).

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 26 de maio de 2022, a Companhia juntamente com o Banco do Brasil celebrou a contratação de uma linha de Crédito Rotativo RCF (Revolving Credit Facility), sem garantia atrelada, por um valor máximo de compromisso de R\$ 200 milhões com vencimento em um ano, com possibilidade de extensão de prazo. O desembolso da referida linha de crédito pode se dar de forma total ou parcial a critério da Companhia, quando necessário. Em 20 de novembro de 2022, todo o limite havia sido utilizado.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações referentes às demonstrações de resultado e fluxo de caixa relativos ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, foram extraídas das informações financeiras trimestrais consolidadas revisadas pelos auditores independentes da Companhia, conforme indicado nos respectivos pareceres.

As informações referentes às demonstrações de resultado e fluxo de caixa relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Companhia, conforme indicado nos respectivos pareceres.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A seguir, os Diretores da Companhia esclarecem a composição de alguns itens das demonstrações dos resultados:

Receita operacional líquida: a receita líquida da Companhia é composta pela receita bruta da venda de pás para aerogeradores e da prestação de serviços de inspeção e reparo em pás para aerogeradores deduzidas de impostos sobre a venda, com alíquotas de 1,65% de PIS/PASEP, 7,6% de COFINS para venda de produtos no mercado nacional. Já a receita bruta da prestação de serviços também é deduzida pelo ISS de 2,0%. Os produtos vendidos pela Companhia não apresentam incidência de ICMS uma vez que estão incluídos no Convênio ICMS 101/97, que concede isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica.

Custo dos produtos vendidos: o custo dos produtos vendidos tem como principal componente o custo de aquisição de matérias-primas, inclui os ganhos e perdas com derivativos cambiais voltados exclusivamente à compensar os efeitos da variação cambial sobre matérias-primas, sendo também composto pelos custos da mão de obra direta (salários, encargos e benefícios), gastos gerais de fabricação (GGF), que contemplam manutenções, serviços de terceiros, utilidades e materiais indiretos indispensáveis no processo produtivo e, por fim, a depreciação dos ativos utilizados no processo produtivo. Para os produtos exportados, os ganhos com a utilização de incentivos fiscais como o Reintegra e o Proex-equalização também são contabilizados através da redução do custo do produto vendido. Este grupo também inclui o custo dos serviços prestados.

Despesas comerciais, gerais e administrativas: incluem principalmente as despesas com pessoal dos setores administrativos e despesas com os administradores da Companhia. As despesas com vendas estão incluídas neste grupo e são pouco relevantes devido às características do negócio, como a quantidade reduzida de clientes e potenciais clientes.

Despesas tributárias: incluem tributos diretos como IPTU das instalações fabris e ICMS sobre remessas diversas de materiais.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: a Companhia auferir receitas extraordinárias a título de “*ramp up fee*”, que vem a ser um pagamento compensatório feito pelo cliente no início do contrato visando compensar parte dos custos adicionais inerentes à curva de aprendizado e ao baixo giro dos ativos alocados ao contrato na sua fase inicial. Este grupo também inclui a receita de venda de ferramentais específicos projetados e fabricados pela Companhia para atender contratos e a venda de resíduos para reciclagem. Outras despesas operacionais também estão listadas neste grupo, como gastos com produtos em garantia e gastos com pesquisa e desenvolvimento.

Resultado financeiro: o resultado financeiro inclui receitas e despesas de juros referentes a aplicações financeiras e operações de empréstimos e financiamentos, respectivamente. Inclui ainda

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

o efeito da variação cambial sobre pagamentos a fornecedores e recebimentos de clientes, saldos das contas internacionais e mútuo, sempre considerando a variação entre a data do reconhecimento do direito ou da obrigação e a data efetiva de pagamento. Também consta nesse grupo os encargos financeiros oriundos das despesas operacionais referente a manutenção das debentures e despesas de operações de antecipação de clientes.

Imposto de renda e contribuição social – correntes: referem-se ao imposto de renda e contribuição social correntes sobre o lucro líquido, que podem atingir, em conjunto, a alíquota máxima de 34% do lucro tributável, sendo: (i) imposto de renda, recolhido à alíquota de 15% sobre o lucro tributável; (ii) adicional do imposto de renda, incidente sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 240 mil ao ano, recolhido à alíquota de 10%; e (iii) contribuição social sobre o lucro líquido, recolhida à alíquota de 9%. É importante destacar que, sobre as parcelas de impostos de renda e adicional de imposto de renda, existe uma redução de 75% gerada pelo incentivo fiscal concedido pela SUDENE.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos: referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados pelas alíquotas citadas no item anterior sobre as diferenças intertemporais, além de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

COMPARATIVO DOS PERÍODOS DE NOVE MESES ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022

Demonstração do resultado (Em milhares de Reais, exceto quando em %)	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		
	2023	2022	AH %
Receita operacional líquida	2.572.056	1.814.112	42%
Custos dos produtos vendidos	-2.265.975	-1.620.865	40%
Lucro bruto	306.081	193.247	58%
Receitas (despesas) operacionais:	-89.142	-54.342	64%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	-85.588	-77.364	11%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-3.554	23.022	-115%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	216.939	138.905	56%
Despesas financeiras	-391.406	-354.406	10%
Receitas financeiras	91.837	153.091	-40%
Resultado financeiro	-299.569	-201.315	49%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	-82.630	-62.410	32%
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-84	-933	-91%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	12.717	10.059	26%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Prejuízo líquido do período	-69.997	-53.284	31%
-----------------------------	---------	---------	-----

Receita operacional líquida

Em 30 de setembro de 2023 e 2022, a receita operacional líquida da Companhia era de R\$ 2,6 bilhões e R\$ 1,8 bilhões, respectivamente, representando um aumento de 42%, dentre outros motivos, destacamos o aumento do volume produzido de pás e do preço médio de vendas.

Custos dos produtos vendidos

Em 30 de setembro de 2023 e 2022, o custo dos produtos vendidos pela Companhia era de R\$ 2,3 bilhões e R\$ 1,6 bilhões, respectivamente, representando um aumento de 40%. O aumento da representatividade dos custos com materiais diretos decorre principalmente do faturamento atípico de pás que estavam em processo por um período superior à média e absorveram custos com materiais em períodos que apresentaram maior cotação do dólar em relação ao real.

Lucro Bruto

Como consequência dos fatores apresentados anteriormente, em 30 de setembro de 2023 e 2022, o lucro bruto da Companhia era de R\$ 306 milhões e R\$ 193 milhões, respectivamente, representando um aumento de 58%.

Despesas comerciais, gerais e administrativas

As despesas comerciais, gerais e administrativas sofreram aumento de 11% no comparativo de 30 de setembro de 2022 com 30 de setembro de 2023, passando de R\$ 77 milhões para R\$ 86 milhões, essa variação está em linha com o aumento operacional da Companhia, decorrente principalmente pelas despesas incorridas no faturamento das pás que estavam em processamento a mais tempo.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas operacionais líquidas apresentaram variação negativa de 115% entre 30 de setembro de 2022 e 30 de setembro de 2023, passando de R\$ 23 milhões para - R\$ 3,6 milhões. Essa variação deve-se ao registro em 2022 de receita proveniente do ressarcimento de perdas de produção causadas por alterações de projeto ocasionados pelos clientes e receitas associadas ao início do contrato de fornecimento de pás.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou crescimento de 56%, passando de R\$ 139 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2022, para R\$217

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

milhões no mesmo período de 2023. Esta variação é reflexo da maturação e aumento de eficiência das linhas de produção.

Resultado financeiro

O resultado financeiro aumentou de menos R\$ 201 milhões no final do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2022 para menos R\$ 300 milhões no final do mesmo período de 2023, representando uma variação negativa de 49%. O incremento no endividamento atrelado à CDI e aumento desse índice quando comparados aos nove meses do ano de 2022, colaboraram para o aumento desse grupo. Adicionalmente houve uma elevação nos encargos de operações financeiras, oriundos das despesas operacionais referente a manutenção das debentures e despesas de operações de antecipação de cliente.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 84 mil, em comparação a R\$ 933 mil no mesmo período de 2022. Esta redução deve-se ao prejuízo registrado da controladora. O imposto corrente de 2023 é referente a controlada.

O imposto de renda e contribuição social correntes diferidos ao período de 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 13 milhões, em comparação a R\$ 10 milhões no mesmo período de 2022. Este aumento, por sua vez deve-se principalmente por constituição do prejuízo fiscal do período corrente.

Lucro (Prejuízo) líquido do período

Como consequência dos fatores apresentados anteriormente, o lucro(prejuízo) líquido da companhia passou de - R\$ 53 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2022 para - R\$ 70 milhões no mesmo período de 2023, representando uma variação negativa de 31%.

COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Demonstração do resultado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	AH %
<i>(Em milhares de Reais, exceto quando em %)</i>			
Receita operacional líquida	2.468.884	2.486.150	-0,7%
Custos dos produtos vendidos	(2.174.404)	(2.199.175)	-1,1%
Lucro bruto	294.480	286.975	2,6%
Receitas (despesas) operacionais:			

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas comerciais, gerais e administrativas	(104.744)	(90.720)	15,5%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23.719	11.638	103,81%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	213.455	207.893	2,7%
Despesas financeiras	(505.751)	(277.818)	82,0%
Receitas financeiras	183.555	148.863	23,3%
Resultado financeiro	(322.196)	(128.955)	149,9%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(1.450)	1.501	-196,6%
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	17.482	(11.246)	-255,5%
Lucro líquido do período	(92.709)	69.193	-234,0%

Receita operacional líquida

No comparativo do exercício social apresentado, nota-se a manutenção da receita líquida de vendas, passando de R\$ 2.486,1 milhões no fim do exercício social de 2021 para R\$ 2.468,8 milhões no exercício social de 2022. A principal causa desse aumento está relacionada à variação de +14,3% no preço médio de venda das pás (em USD/MW), a qual foi parcialmente compensada pela redução de 8,6% no volume faturado em MW. Parte do aumento de preço se deve ao reajuste retroativo do repasse do custo de materiais diretos. A unidade de negócios de serviços nos EUA também contribuiu positivamente para o aumento da receita.

Custos dos produtos vendidos

O fato de a Companhia estar com mais da metade da sua capacidade produtiva dedicada à produtos que estão em curva de maturidade, ou seja, ainda em período de *ramp up*, contribuíram para que o custo do produto vendido mantivesse a representatividade sobre a receita, igualmente observado no exercício social anterior, passando de 88,5% da receita líquida no final do exercício social de 2021 para 88,1% no exercício social de 2022.

Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia teve uma alta de 2,6% no comparativo do final do exercício social de 2021 com o exercício social de 2022, passando de R\$ 287 milhões para R\$ 294,54 milhões, como consequência dos fatores apresentados anteriormente.

Despesas comerciais, gerais e administrativas

As despesas comerciais, gerais e administrativas sofreram aumento de 15,5% no comparativo de 2021 com 2022, passando de R\$ 90,7 milhões para R\$ 104,7 milhões. A variação é fruto da adequação dos processos administrativos da Companhia relacionados à expansão da base de clientes e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

maturação das linhas. O aumento apresentado é superior ao aumento da receita, fazendo então com que a representatividade das despesas gerais e administrativas fossem de 3,6% no final do exercício social de 2021 para 4,2% no exercício social de 2022.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas operacionais líquidas apresentaram variação positiva de 103,8%, passando de R\$ 11,6 milhões no final do exercício social de 2021 para R\$ 23,7 milhões no final do exercício social de 2022.

A Diretoria da Companhia atribui esta variação ao reconhecimento de receita proveniente do ressarcimento de perdas de produção causadas por alterações de projeto geradas pelos clientes e receitas associadas ao início do contrato de fornecimento de pás ao reconhecimento de venda de sucatas e receita proveniente de início de contrato.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou crescimento de 2,7%, passando de R\$ 207,9 milhões no final do exercício social de 2021 para R\$ 213,4 milhões no final do exercício social de 2022. Quando comparada à receita líquida do período, o resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou aumento discreto de 0,3%, esta manutenção é reflexo dos níveis de eficiência abaixo do ideal devido a linhas de produção que estão em processo de maturação.

Resultado financeiro

O resultado financeiro negativo aumentou de - R\$ 129,0 milhões no final do exercício social de 2021 para - R\$ 322,2 milhões no final do exercício social de 2022, uma alta de 149,85%. O incremento no endividamento atrelado à CDI e aumento desse índice quando comparados ao ano de 2021, colaboraram para o aumento desse grupo. Adicionalmente houve uma elevação nos encargos de operações financeiras, oriundos das despesas operacionais referente a manutenção das debentures e despesas de operações de antecipação de clientes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes referentes a 2022 foi negativo em R\$ 1,5 milhões, bem distinto de 2021, quando a Companhia apurou valores positivos de R\$ 1,5 milhões. A redução no comparativo a 2021 deve-se, principalmente, ao prejuízo fiscal na apuração do imposto de renda e da contribuição social de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O imposto de renda e contribuição social diferidos referentes a 2022, por sua vez, foi de R\$ 17,5 milhões, bem superior ao montante verificado em 2021, de R\$ 11,2 milhões negativos, sendo fruto da recuperação de créditos.

Lucro líquido

Como consequência dos fatores apresentados anteriormente, o lucro líquido da companhia passou de R\$ 69,2 milhões no ano de 2021 para um prejuízo de R\$ 92,7 milhões negativos em 2022.

FLUXO DE CAIXA

As tabelas a seguir apresentam os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		
(Em milhares de reais, exceto quando em %)	2023	2022	AH
Prejuízo antes do imposto de renda	-82.630	-62.410	32%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	-242.961	-45.344	436%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-65.357	-88.883	-26%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	-9.589	98.854	-110%
Redução no caixa e equivalentes de caixa	-317.907	-35.373	799%

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

As atividades operacionais geraram caixa negativo em R\$243,0 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, em comparação a R\$ 45,3 milhões no mesmo período de 2022. A variação do fluxo de caixa das atividades operacionais nestes períodos tem como principais causas a variação em ativos e passivos decorrentes do não atingimento das metas operacionais de faturamento e produção decorrentes de problemas técnicos de produção e mudança de critérios fabris.

Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento

As atividades de investimento geraram caixa negativo em R\$ 65,4 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, em comparação a R\$ 88,9 milhões no mesmo período de 2022. Essa queda é explicada, dentre outras questões, pelo fim do ciclo de expansão.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As atividades de financiamento geraram um caixa negativo em R\$ 9,6 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, em comparação a geração de caixa positiva em R\$ 98,9 milhões no mesmo período de 2022.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em milhares de reais, exceto quando em %)	2022	2021	AH
Prejuízo antes do imposto de renda	(108.741)	78.938	-238%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(13.299)	334.918	-104%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(87.108)	(394.388)	-78%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	271.728	267.613	1%
Redução no caixa e equivalentes de caixa	170.172	208.143	-18%

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

As atividades operacionais geraram caixa negativo em R\$ 13,3 milhões no ano de 2022, em comparação a geração de caixa de R\$ 334,9 milhões no ano de 2021. A variação do fluxo de caixa das atividades operacionais nestes períodos tem como principais causas a variação em ativos e passivos decorrentes do não atingimento das metas operacionais de faturamento e produção decorrentes de problemas técnicos de produção e mudança de critérios fabris.

Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento

No comparativo do exercício social de 2022 com 2021, nota-se que a Companhia investiu R\$ 394,4 milhões em 2021 e em 2022 o resultado foi negativo em R\$ 87,1 milhões. Essa queda é explicada, dentre outras questões, pelo fim do ciclo de expansão de capacidade previsto quando da abertura de capital da Companhia. Adicionalmente, no último trimestre de 2022, a Companhia postergou alguns investimentos para o início de 2023.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

No exercício encerrado de 31 de dezembro de 2022, as atividades de financiamento geraram caixa positivo de R\$ 270,6 milhões, permitindo o cumprimento do plano de negócios da Companhia, bem como aumentando a posição líquida de caixa. No mesmo período de 2021, a geração de caixa das atividades de financiamento totalizou R\$ 267,6 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da Companhia são majoritariamente resultantes da venda de pás para aerogeradores conforme pedidos dos clientes já previstos nos contratos de longo prazo de fornecimento de pás para aerogeradores. A Diretoria entende que tais contratos permitem que a Companhia tenha alta previsibilidade nas receitas futuras, fazendo com que a maior fonte de incerteza sobre a receita seja a taxa de câmbio uma vez que, além de exportar produtos precificados em dólar americano, a Companhia também determina o preço de venda, conforme previsto nos contratos, de acordo com a taxa de câmbio. Parte do preço é definido em moeda estrangeira (dólar americano), sendo proporcional à expectativa de custos com materiais diretos importados ou mesmo comprados no Brasil com preço variável conforme a taxa de câmbio.

Os Diretores da Companhia analisam a receita operacional líquida segregada por produto (modelo de pá) e por mercado (brasileiro ou exportação). A receita de vendas por modelo de pá tem sua divulgação restrita. Tanto a evolução da produção anual e capacidade instalada quanto a participação em cada um dos mercados constam na Seção 1.4, item (c) deste Formulário de Referência.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia fabrica pás para aerogeradores a partir de especificações definidas pelo cliente. O maior componente dos custos refere-se à matéria-prima empregada na fabricação das pás, seguida pelos custos com mão de obra direta, mão de obra indireta e gastos gerais de fabricação. Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelos seguintes fatores:

- Diferença entre o consumo previsto e o consumo real das matérias primas utilizadas no processo produtivo: o processo de fabricação em material composto, mesmo utilizando máquinas e equipamentos sofisticados, é altamente dependente da perícia dos operadores de produção. Falhas no atingimento de especificações do produto geram retrabalhos e aumentam o consumo de materiais para reparos, além de comprometerem os volumes estabelecidos em contrato quando se opera próximo da capacidade plena na linha de produção. A Diretoria da Companhia entende que a capacidade de produzir com baixo índice de defeito confere importante diferencial competitivo, uma vez que o consumo de materiais tende a ser definido em conjunto com o cliente considerando como referência a expectativa dos projetistas.
- Diferença entre o custo unitário das matérias primas e o custo real de aquisição: assim como o consumo esperado é definido juntamente com o cliente, o custo de aquisição das matérias primas, incluindo custos logísticos e tributos, é uma variável utilizada para a composição do preço do produto

2.2 Resultados operacional e financeiro

final. Desvios incorridos no processo de compra de matérias-primas podem afetar os resultados operacionais tanto positiva quanto negativamente. Os efeitos das variações no custo unitário de aquisição de matérias primas podem ser compartilhados com os clientes, tendo assim seu impacto reduzido.

- Índice de rejeito de componentes e gastos com serviços executados em produtos em garantia: ao precificar o produto, a Companhia considera provisões para perda de componentes pelo não atingimento das especificações de qualidade, e para gastos com execução de serviços em produtos em garantia, ou seja, nos casos em que defeitos gerados pela Companhia chegam até o cliente final e geram a necessidade de reparo em campo.
- Eficiência produtiva: a Diretoria da Companhia considera que a diferença entre o preço líquido de venda e o custo de materiais diretos reflete a agregação de valor ($VA = \text{value addition}$). O VA pode ser interpretado como a geração de valor econômico utilizado para o pagamento dos custos com mão de obra, gastos gerais de fabricação, despesas administrativas e a remuneração do capital investido. Ao planejar a produção de um certo volume de pás por um dado período e alocar os recursos a isso, a Companhia corre o risco de não gerar retorno satisfatório sobre o capital investido caso não produza o volume suficiente para isso.
- Inflação de preços: a Companhia pode sofrer aumentos sistemáticos nos custos em valores diferentes aos da inflação do período, fazendo com que os mecanismos contratuais de correção de preço por inflação não sejam eficazes.
- As variações cambiais nas relações com clientes e fornecedores apresentam correlação negativa com o efeito cambial sobre a receita e o custo de materiais diretos. Eventuais perdas podem ocorrer quando existem variações relevantes nas entregas em relação ao plano de produção.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os Diretores da Companhia entendem que as condições comerciais definidas nos contratos de longo prazo de fornecimento de pás para aerogeradores, incluindo os mecanismos de correção de preços devido à variação cambial e à inflação, são eficientes na busca dos objetivos de retorno sobre o capital investido.

No período de 9 (nove) meses encerrado em 30 de setembro de 2023 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, as variações das receitas decorrentes de modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, foram absorvidas por condições comerciais, de forma a minimizar os possíveis efeitos negativos na receita da Companhia, não havendo, portanto, variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos produtos e serviços.

2.2 Resultados operacional e financeiro

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Diretoria entende que , a variação de preços dos principais insumos e produtos, o câmbio e as taxas de juros não tiveram um impacto relevante no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, no período de 9 (nove) meses encerrado em 30 de setembro de 2023 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Os Diretores da Companhia entendem que as condições comerciais definidas nos contratos de longo prazo de fornecimento de pás para aerogeradores, especificamente sobre os mecanismos de correção de preços devido a variações nos custos de matérias-primas, variações cambiais e inflação são eficientes na busca dos objetivos de retorno sobre o capital investido.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Diretoria da Companhia entende que, apesar de ter ocorrido aprimoramento da política de reconhecimento de receita no segundo semestre de 2023, tal alteração não resultou em mudanças significativas nas demonstrações financeiras da Companhia no último exercício social e nas informações financeiras trimestrais da Companhia para o período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2023. Para detalhamento da mudança ocorrida, ver nota explicativa 3.9 das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2023.

Os Diretores esclarecem, ainda, que não há normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que, no último exercício social e no período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2023, os relatórios dos auditores independentes não continham opiniões modificadas ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de 9 (nove) meses encerrado em 30 de setembro de 2023, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participações societárias relevantes para a Companhia, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de 9 (nove) meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de 9 (nove) meses encerrado em 30 de setembro de 2023, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou no último exercício social as seguintes medições não contábeis: EBITDA, o EBITDA com incentivo fiscal, a Margem EBITDA com incentivo fiscal, a Dívida Líquida e a Dívida Bruta. A tabela abaixo apresenta os valores de tais medições não contábeis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022
EBITDA	266.815
EBITDA com incentivo fiscal	267.031
Margem EBITDA com incentivo fiscal (%)	10,82%
Dívida Bruta	1.816.726
Dívida Líquida	757.444

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) (sigla em inglês para LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras. O EBITDA é o resultado líquido do período/exercício, acrescido dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, do resultado financeiro e das depreciações e amortizações e funciona como um indicador de desempenho econômico geral, sendo uma medida gerencial que permite a comparação da Companhia com outras empresas do setor. Nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia lembra que esta medida não possui significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA com incentivo fiscal refere-se ao EBITDA considerando a despesa total de Imposto de Renda e Contribuição Social após da aplicação do benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, referente a uma redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro, com efeito direto no caixa da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

O EBITDA e o EBITDA com incentivo fiscal não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro—*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa operacional para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos ou como alternativas ao lucro líquido, ou como indicadores de desempenho operacional, como substitutos ao fluxo de caixa, como medidas de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos.

Ademais, uma vez que o EBITDA e o EBITDA com incentivo fiscal não consideram certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, depreciação e amortização, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA e o EBITDA com incentivo fiscal apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores da nossa rentabilidade.

A Margem EBITDA com incentivo fiscal é o resultado da divisão do EBITDA com incentivo fiscal pela receita líquida.

A Dívida Bruta é uma medição não contábil utilizada pela Companhia. O indicador de dívida bruta é uma métrica financeira que mede o total da dívida de uma entidade, sem levar em consideração ativos ou outros elementos que poderiam ser usados para liquidar a dívida. É uma medida simples que representa a quantidade total de dinheiro que a entidade deve a terceiros. Esse indicador é útil para avaliar a capacidade de pagamento de uma entidade e seu nível de endividamento total. No entanto, ele não leva em consideração os ativos da entidade, o que significa que não fornece uma imagem completa da saúde financeira. Portanto, é comum que o indicador de dívida bruta seja usado em conjunto com outros indicadores, como o indicador de dívida líquida, que subtrai os ativos da dívida total para fornecer uma imagem mais precisa da situação financeira.

A Dívida Líquida é uma medição não contábil utilizada pela Companhia como medida de desempenho financeiro, liquidez e é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição corrente de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional. Essa medição não possui significado padrão e outras empresas podem calcular Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação das medições não contábeis apresentadas acima, no item (a), com as respectivas linhas contábeis que as compõem:

2.5 Medições não contábeis

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
Lucro Líquido do período/exercício	(92.709)
(+/-) Resultado Financeiro	(322.196)
(+/-) Depreciação e amortização	53.360
(+/-) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, antes do incentivo fiscal	(16.032)
EBITDA	266.815
(+/-) Imposto de Renda - Incentivo Fiscal SUDENE ¹	-
(+/-) Incentivo de Longo Prazo ²	555
(+/-) Consultoria Performance ³	(339)
EBITDA com incentivo fiscal	267.031
Margem EBITDA com incentivo fiscal	10,8%

¹ O benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, referente a uma redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro, com efeito direto no caixa da Companhia.

² Incentivo de longo prazo trata-se de um plano de remuneração baseado em ações, visando otimizar as estratégias de estímulo e retenção de profissionais.

³ Consultoria Performance trata-se de um plano de pagamento para terceiros/fornecedores com base em ações.

A tabela abaixo apresenta a conciliação da Dívida Líquida apresentada acima, no item (a), com as respectivas linhas contábeis que as compõem:

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Indexador	Juros (%a. a) *	Vencimento**	31/12/2022
Capital de giro	CDI	1,50%	20/11/2024	275.167
Financiamento	CDI	1,20%	15/04/2024	152.558
Debêntures	CDI	2,00%	31/07/2026	1.381.136
Total Moeda Nacional				1.808.861
Capital de giro	USD / SOFR	1,50%	19/02/2023	7.865
Total Moeda Estrangeria				7.865
Dívida Bruta Total				1.816.726
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa				1.061.718
(-) Instrumento Financeiro AC				0

2.5 Medições não contábeis

(+) Instrumento Financeiro PC

2.436

Dívida Líquida Total

757.444

* Taxa de juros da última captação

** Último vencimento do grupo de contratos

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medição apropriada para a correta compreensão dos resultados das operações da Companhia, posto que no seu cálculo não são incluídas despesas de depreciação, amortização, despesas de imposto de renda e contribuição social e resultados financeiros. Sendo assim, não é afetado por flutuações nas taxas de juros (sejam elas aplicáveis à dívida ou à remuneração do caixa aplicado), alterações de cargas tributárias de imposto de renda e contribuição social, alterações na forma de contabilização de incentivos governamentais, bem como pelos níveis de depreciação e amortização do seu ativo imobilizado.

EBITDA com incentivo fiscal

A Companhia entende que o EBITDA com incentivo fiscal é a medida mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, pois mostra as atividades ligadas ao seu objeto social, sendo usado internamente para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Ademais, acredita-se que o EBITDA com incentivo fiscal oferece aos investidores uma melhor compreensão de sua capacidade de gerar caixa líquido proveniente de suas operações e, portanto, demonstra sua capacidade de cumprir com suas obrigações, bem como obter financiamentos para seus investimentos e capital de giro. Esse efeito não gera impacto na geração de caixa bruto operacional.

Margem EBITDA com incentivo fiscal

A Companhia entende que a medição da Margem EBITDA com incentivo fiscal é útil na avaliação da lucratividade e eficiência da Companhia.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é uma medição de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia. A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau

2.5 Medições não contábeis

de endividamento em relação à sua posição corrente de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional.

Para cálculo da Dívida Líquida, a Companhia considera a Dívida Bruta que consiste na consolidação dos Empréstimos e Financiamentos circulantes e não circulantes, subtraídos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulantes e instrumentos financeiros do Ativo Circulante.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 apresentam o seguinte evento subsequente:

Oferta de ações:

A Companhia engajou o BTG Pactual Investment Banking Ltda. ("BTG") para coordenação de uma potencial oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, sob rito automático de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Resolução CVM nº 160 de 13 de julho de 2022 ("Potencial Oferta") de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

O Coordenador Líder realizará a colocação das Ações, em regime de garantia firme de liquidação. Sem prejuízo da colocação das Ações pelo Coordenador Líder em regime de garantia firme de liquidação, o BTG Pactual prestará, ainda, por si ou entidades de seu grupo econômico, a garantia firme de subscrição de até a totalidade das Ações, correspondentes ao montante financeiro de até R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), ao preço fixo por ação de R\$0,84 (oitenta e quatro centavos) ("Preço por Ação"), observado que referido montante poderá, a critério da Companhia e de seus acionistas controladores, ser reduzido de acordo com a demanda do mercado ("Garantia Firme de Colocação").

Destaca-se que a efetiva realização da Potencial Oferta, seus termos e condições, assim como qualquer operação para captação de recursos, está sujeita, entre outros fatores, à obtenção das aprovações necessárias, incluindo as respectivas aprovações societárias aplicáveis, bem como às condições políticas e macroeconômica nacionais e internacionais favoráveis e ao interesse de investidores, dentre outros fatores alheios à vontade da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

b. regras sobre distribuição de dividendos

c. periodicidade das distribuições de dividendos

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais e se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

	30.09.2023	31.12.2022
a. Regras sobre retenção de lucros	Nos termos do artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, será destinado para a Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social.	Nos termos do artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, será destinado para a Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Não aplicável.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou prejuízo líquido de R\$ 92.709 mil, não havendo, assim, retenção de lucros.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável.	Não aplicável.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito como dividendo mínimo obrigatório a parcela correspondente a 25% do saldo remanescente após as seguintes deduções e reversões: 5% do lucro líquido para constituição da reserva legal; parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito como dividendo mínimo obrigatório a parcela correspondente a 25% do saldo remanescente após as seguintes deduções e reversões: 5% do lucro líquido para constituição da reserva legal; parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções

2.7 Destinação de resultados

	Governamentais; parcela da reserva para contingências constituída em exercícios anteriores e correspondente a perdas efetivamente incorridas ou não materializadas deve ser revertida. A parcela ou totalidade do saldo remanescente pode, por proposta da administração, ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral e o saldo remanescente, se houver, deve ser distribuído aos acionistas como dividendo adicional, observado o disposto no artigo 45 do Estatuto.	Governamentais; parcela da reserva para contingências constituída em exercícios anteriores e correspondente a perdas efetivamente incorridas ou não materializadas deve ser revertida. A parcela ou totalidade do saldo remanescente pode, por proposta da administração, ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral e o saldo remanescente, se houver, deve ser distribuído aos acionistas como dividendo adicional, observado o disposto no artigo 45 do Estatuto.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A Companhia tem declarado dividendos anuais apurados em 31 de dezembro de cada ano.</p> <p>De acordo com o artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria pode levantar balanços trimestrais, ou em períodos menores, e declarar dividendos intermediários ou intercalares a conta de reserva de lucros ou lucros acumulados, ou pagar juros sobre capital próprio, respeitando as regras e limites impostos pela legislação aplicável</p>	<p>A Companhia tem declarado dividendos anuais apurados em 31 de dezembro de cada ano.</p> <p>De acordo com o artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, a Diretoria pode levantar balanços trimestrais, ou em períodos menores, e declarar dividendos intermediários ou intercalares a conta de reserva de lucros ou lucros acumulados, ou pagar juros sobre capital próprio, respeitando as regras e limites impostos pela legislação aplicável</p>
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões	Não aplicável.	Não aplicável.

2.7 Destinação de resultados

judiciais, administrativas ou arbitrais		
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não há.	Não há.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não havia outros itens não evidenciados nas informações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

b. natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia submetem anualmente à aprovação do Conselho de Administração da Companhia a aprovação do plano orçamentário do exercício subsequente, incluindo o plano de investimentos. Os investimentos destinados ao atendimento de novos contratos de fornecimento de pás firmados em 2022 resultaram em investimentos para aquisição de imobilizado e intangível de R\$ 89,2 milhões no mesmo período. No período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de 2023 os investimentos totalizaram R\$ 65,5 milhões.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores informam que as fontes de financiamento dos principais investimentos de expansão de capacidade produtiva advêm de capital operacional e de capital de terceiros através de linhas de longo prazo com instituições de fomento. A parte necessária, denominada de contrapartida da empresa, vem do caixa da Companhia, formado pela própria geração de caixa operacional da Companhia

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram realizados desinvestimentos de capital no último exercício social, nem tampouco existe desinvestimento de capital relevante em andamento e/ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia mantém uma equipe de pesquisa e desenvolvido de soluções para melhorar o processo de manufatura em pás para aerogeradores, incluindo soluções de coleta e tratamento de dados utilizando IOT (internet das coisas) e inteligência artificial. As pesquisas da Companhia são mantidas em sigilo e tratadas como segredo industrial.

2.10 Planos de negócios

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorreu em gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados pela Companhia.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não incorreu em gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia está comprometida em apoiar a transição energética, rumo a uma economia de carbono neutro, se fortalecendo a cada ano, crescendo com responsabilidade, a partir da crença no potencial de transformação das pessoas.

Para a Companhia, a sustentabilidade é parte indissociável do negócio, tendo evoluído em suas práticas relacionadas a ESG (ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês) de maneira que busca integrar a sustentabilidade em seus negócios, estando sempre atenta aos impactos socioambientais de nossas atividades, buscando mitigar os negativos e potencializar os positivos através do gerenciamento de riscos e impactos.

Em 2022, a Companhia passou a integrar a nova carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 ("ISE"), que entrou em vigor em 2 de janeiro de 2023. O objetivo do ISE é ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial, apoiando os investidores na tomada de decisão de investimento e induzindo as empresas a adotarem melhores práticas ESG, que contribuem para a perenidade dos negócios.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 2.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos ("Política"), a qual estabelece os processos e os responsáveis pela identificação, avaliação e monitoramento de riscos relacionados à Companhia e ao seu setor de atuação, além de traçar diretrizes e responsabilidades nas ações relacionadas ao monitoramento, prevenção, mitigação, contingenciamento e transferência de riscos dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração. A Política foi elaborada e aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de setembro de 2020.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora especialmente os riscos aos quais está exposta em linha com os itens 4.1, 4.2 e 4.3 do Formulário de Referência. Tratam-se de eventos incertos que podem afetar em maior ou menor grau, se realizados, os ativos e o patrimônio da Companhia.

Dentre esses, podemos citar:

i. **Risco Cibernético:** está associado a ataques cibernéticos, assim compreendidos como tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade, disponibilidade de dados ou sistemas computacionais.

ii. **Risco de Compliance:** está associado a aplicações de punições legais e/ou regulatórias, bem como a perdas reputacionais e/ou financeiras, decorrentes de inconformidades no cumprimento e aplicação de leis, regulamentações, do Código de Conduta e/ou de políticas corporativas da Companhia.

iii. **Risco Estratégico:** está associado à tomada de decisão da alta administração e pode gerar perda substancial no valor econômico da Companhia.

iv. **Risco Financeiro:** está associado às operações financeiras/contábeis da Companhia e à possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais, regulatórios, fiscais, estatutários e de sustentabilidade incompletos, inadequados, inexatos ou intempestivos e expondo a Companhia a multas, penalidades e outras sanções. Adicionalmente, é o risco de que os fluxos de caixa não sejam administrados efetivamente para maximizar a geração de caixa operacional,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

gerenciar os riscos e retornos específicos das transações financeiras e captar e aplicar recursos financeiros de acordo com as políticas estabelecidas.

v. **Risco de Imagem:** está associado à ocorrência de evento que pode causar impacto negativo à reputação, credibilidade ou marca da Companhia.

vi. **Risco Operacional:** está associado à ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se fraudes internas e externas; demandas judiciais; segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos; entre outros.

vii. **Risco Regulatório:** está associado à ocorrência de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores que podem afetar significativamente a habilidade da Companhia em administrar eficientemente seus negócios.

viii. **Risco Socioambiental:** está associado à ocorrência de perdas em virtude de efeitos negativos ao meio-ambiente e à sociedade.

ix. **Risco Tecnológico:** está associado a falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações produtivas ou fabris, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da organização, ao longo da sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais). Pode estar também associado a erros ou fraudes, internas ou externas, nos sistemas informatizados ao capturar, registrar, monitorar e reportar corretamente transações ou posições.

As ações resultantes da análise de riscos mencionados no item, classificados conforme a relação entre probabilidade de ocorrência e impacto caso ocorram estão identificadas no subitem “ii” da letra “b” deste item 5.1 abaixo.

Além dos riscos acima mencionados, a Companhia busca proteção contra os seguintes riscos de mercado:

- Risco de Crédito
- Risco de Liquidez
- Risco de Mercado
- Risco de Taxa de Juros
- Risco de Taxa de Câmbio e Derivativos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia entende que riscos são inerentes a qualquer negócio e o tratamento destes visa reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos de incerteza e/ou reduzir o impacto gerado nos resultados da Companhia.

Depois de identificados, avaliados e mensurados, a Companhia define o tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Tratar os riscos consiste em decidir entre aceitá-lo, eliminá-lo ou transferi-lo. A decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da Companhia.

Existem várias alternativas para tratamento dos riscos:

- **Evitar o Risco:** decisão de não se envolver ou agir de forma a se retirar de uma situação de risco;
- **Aceitar o Risco:** caso a Companhia opte por aceitar o risco, existem quatro alternativas possíveis: reter, reduzir, transferir/compartilhar ou explorar o risco, conforme segue:
 - o **Reter o Risco:** manter o risco no nível atual de impacto e probabilidade;
 - o **Reduzir o risco:** a Companhia toma ações no sentido de minimizar a probabilidade e/ou impacto do risco;
 - o **Transferir e/ou compartilhar:** a Companhia realiza atividades que visam à redução do impacto e/ou da probabilidade de ocorrência do risco por meio da transferência ou do compartilhamento de uma parte do risco; e
 - o **Explorar o Risco:** a Companhia aumenta o grau de exposição ao risco na medida em que isto possibilita vantagens competitivas

Adicionalmente, destacamos os principais instrumentos que são utilizados para proteção patrimonial:

- **Taxa de Juros:** diversificação de índices para as aplicações financeiras da Companhia, construindo assim um portfólio pulverizado de riscos. Além disso, a Companhia gerencia sua exposição líquida considerando valores, prazos e taxas de juros dos seus financiamentos e empréstimos.
- **Taxa de Câmbio:** a Companhia se utiliza dos instrumentos financeiros devidamente alinhados às exposições que às necessitam, sejam eles NDF, para cobertura de suas importações diretamente relacionadas a sua produção (matéria-prima e demais itens de estoques), ou seja, de Swap, para

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

dívidas em moeda estrangeira. A Companhia conta com um controle gerencial através de planilhas que acompanha os volumes de exposição e a necessidade de contratação de instrumentos para proteção.

- **Risco de Liquidez**: Companhia adota em suas práticas o monitoramento de suas contas afim de manter índices de liquidez adequados para o perfeito cumprimento de suas obrigações; bem como gerencia suas reservas para situações inesperadas, investimentos ou oportunidades de negócios futuros.
- **Risco de Crédito**: a Companhia limita sua exposição ao risco de crédito a medida em que faz a gestão da carteira de clientes. Diversifica suas vendas entre os principais clientes do mercado eólico e as distribui tanto para o mercado interno como para mercado externo (exportação). Adicionalmente, analisa as demonstrações financeiras dos clientes, bem como mantém um monitoramento de perto dos principais indicadores de mercado dos quais estão inseridos (leilão e projetos eólicos). Adicionalmente, a Companhia adota como prática a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente dos saldos a receber com cada cliente.
- **Risco de Mercado**: a Companhia monitora e se utiliza de instrumentos financeiros para mitigar os riscos associados às oscilações de taxas de juros e de câmbio. Adicionalmente controla seus Ativos e Passivos a fim de garantir um equilíbrio em suas contas e reduzir possíveis exposições aos riscos de Mercado.

Quanto a concentração de determinadas matérias primas em poucos fornecedores, a Companhia tem buscado, juntamente com seus clientes, alternativas de desenvolvimento e homologação de novos parceiros comerciais que possibilite maiores opções de fornecimento de material.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política prevê os papéis e responsabilidades para condução deste tema dentro da Companhia.

Atualmente, a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com o envolvimento dos seguintes órgãos e agentes: (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Comitê de Auditoria; (iv) Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*; (v) Auditoria Interna, sendo essa última coordenada pela Grant Thornton, uma das maiores empresas globais de auditoria, tributos, consultoria e transações do país; e (vi) os gestores e colaboradores (que atuam na chamada 1ª (primeira) linha de defesa).

Nota-se que o processo de gerenciamento de riscos da Companhia é estruturado a partir de 3 (três) linhas de defesa.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A 1ª (primeira) linha de defesa é formada essencialmente pelos gestores e colaboradores que atuam na linha de frente dos negócios da Companhia. Nessa condição, gestores e colaboradores, no tocante às operações sob sua gestão, assumem responsabilidade por observarem a Política e as diretrizes de gerenciamento de risco estabelecidas no âmbito da Companhia.

Os gestores e colaboradores devem identificar e monitorar riscos sob sua gestão, reportando à Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* (e/ou à Auditoria Interna, se aplicável) eventos de risco materiais e/ou recorrentes ou que não estejam em consonância com diretrizes e limites de risco estabelecidos pela Companhia.

Por fim, cabe a esta 1ª (primeira) linha de defesa executar, no dia a dia, os planos de ação eventualmente definidos em resposta aos riscos envolvidos nas operações sob sua gestão.

Na 2ª (segunda) linha de defesa, por sua vez, encontra-se diretamente a Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*, cujas funções incluem a organização e estruturação do processo de gerenciamento de riscos no âmbito da Companhia.

Cabe a esta área atuar com vistas a desenvolver e padronizar procedimentos e sistemas que permitam identificar, avaliar, monitorar e tratar riscos. Ressalta-se que a Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* atua tanto no apoio aos gestores e colaboradores na identificação e monitoramento de riscos e elaboração de planos de ação, quanto junto à alta administração da Companhia, reportando-lhes (de forma independente) informações e indicadores sobre a exposição a riscos e o processo de gerenciamento de riscos em si.

A 3ª (terceira) linha de defesa, a seu tempo, é exercida primordialmente pela Auditoria Interna (coordenada pela Grant Thornton). A Auditoria Interna tem como função atuar de modo imparcial, independente e autônomo com vistas a monitorar e aferir a conformidade, qualidade e efetividade do processo de gerenciamento de riscos da Companhia.

Nota-se ainda que, sempre que julgar pertinente, a Auditoria Interna deve recomendar melhorias e/ou planos de ação para o adequado tratamento de riscos (auditando a implementação desses planos).

É de se destacar ainda que a alta administração da Companhia também é atuante neste processo, cabendo-lhe assegurar a efetividade das linhas de defesa descritas acima e a observância das diretrizes da Política.

Nesse processo, o Conselho de Administração, com o suporte do Comitê de Auditoria, assume papel geral de supervisão e avaliação periódica dos riscos a que a Companhia está exposta e da estrutura de gerenciamento de Riscos acima destacada e da eficácia dos controles internos, inclusive considerando os relatórios, avaliações, propostas e reportes recebidos, inclusive, da Diretoria.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Para referência, são destacadas, abaixo, as principais atribuições dos órgãos e agentes envolvidos no processo de gerenciamento de riscos da Companhia, em conformidade com a Política:

Conselho de Administração

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração é responsável por:

- Estabelecer o nível de apetite ao risco e o nível de tolerância a risco da Companhia;
- Revisar o portfólio de riscos assumidos pela Companhia;
- Supervisionar o gerenciamento de Riscos da Companhia e avaliar periodicamente a exposição da Companhia a Riscos e a eficácia do sistema interno de gerenciamento de Riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*);
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os Riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados; e
- Aprovar esta Política, bem como aprovar atualizações e revisões à Política sempre que necessário.

Diretoria

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Diretoria é responsável por:

- Identificar Riscos preventivamente e adotar medidas para sua prevenção e minimização;
- Propor ao Conselho de Administração o nível de Apetite ao Risco e o nível de Tolerância a Risco da Companhia;
- Executar esta Política e propor ao Conselho de Administração, sempre que necessário, a necessidade de sua revisão em função de alterações nos Riscos a que a Companhia está exposta;
- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração; e
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas gerenciamento de Riscos e de controles internos da Companhia e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Comitê de Auditoria

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, as atribuições do Comitê de Auditoria são:

- Assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade dos controles internos e do gerenciamento de Riscos e *compliance* da Companhia;
- Propor ao Conselho de Administração a necessidade de revisão desta Política;
- Avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia;
- Acompanhar de forma sistemática o gerenciamento de Riscos e o cumprimento de seus objetivos; e
- Supervisionar e acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* da Companhia;

Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance* é responsável por:

- Desenvolver os processos a serem utilizados no gerenciamento de Riscos;
- Assessorar a Diretoria na identificação preventiva de Riscos e sugerir medidas para sua prevenção e minimização;
- Auxiliar o Comitê de Auditoria no monitoramento da exposição da Companhia a Riscos;
- Averiguar o cumprimento das estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e implementadas pela Diretoria;
- Apoiar gestores e colaboradores na elaboração de planos de ação; e
- Conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador.

Auditoria Interna

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, a Auditoria Interna é responsável por:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Monitorar e aferir a qualidade e efetividade do processo de gerenciamento de Riscos, controles internos e governança da Companhia, sempre recomendando melhorias;
- Verificar a conformidade do processo de gerenciamento de Riscos com as políticas e normas adotadas pela Companhia; e
- Recomendar a adoção de planos de ação, acompanhar e auditar a sua implementação e a efetividade dos tratamentos propostos.

Gestores e Coordenadores:

No âmbito do Gerenciamento de Riscos, atuando na denominada 1ª (primeira) linha de defesa, compete aos gestores e coordenadores:

- Identificar e monitorar os riscos envolvidos nas operações sob sua gestão, fornecendo reportes adequados;
- Cumprir com os níveis de Apetite de Risco definidos pelo Conselho de Administração;
- Operacionalizar o gerenciamento de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações de mitigação preventivas e corretivas;
- Participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de Riscos na Companhia; e
- Executar planos de ação definidos em resposta aos riscos envolvidos nas operações sob sua gestão.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua atual estrutura operacional e de controles internos contempla procedimentos e mecanismos adequados e eficazes para o gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposta.

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia supervisiona o gerenciamento de riscos e avalia periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia do sistema interno de gerenciamento e dos controles internos.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Atualmente a Companhia conta com um modelo de gestão padronizado com estrutura voltada para atingimento de resultados. Essa transição foi impulsionada pela busca em avaliar a conformidade das áreas, obter resultados cada vez mais eficazes voltados para a rentabilidade, produzir informações mais confiáveis, garantir um maior controle de informações e aprimorar os mecanismos de prevenção, detecção e correção que impeçam a ocorrência de desvios nas demonstrações financeiras da Companhia, garantindo assim uma gestão mais eficiente de seus números.

Nesse sentido, o objetivo dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia é fornecer garantia razoável em relação à confiabilidade de tais documentos, de acordo com a legislação e regras aplicáveis, bem como de requisitos internos de atividades de controle.

A Companhia, por meio de seu sistema contábil e de controles internos, garante que a condução dos negócios é adequadamente controlada, gerando um conjunto de ações/reações de qualquer elemento da organização com impacto no alcance do seu planejamento estratégico, devidamente reportado e aprovado pelo Conselho Administrativo.

O sistema de controles internos é capaz de avaliar e apreciar, de maneira contínua, os resultados da organização, comparando-os com os objetivos, metas e resultados propostos pela Diretoria, documentando a atividade de controle e fazendo-a interagir com as estruturas operacionais e de informação.

Com o intuito de fomentar a obrigação de cumprimento dos princípios contábeis aplicáveis, a Companhia é auditada por uma das quatro maiores empresas de auditoria do mundo, garantindo registros íntegros fiéis, completos e oportunos.

Importante ressaltar, ainda, que a Companhia aprovou, em 28 de setembro de 2020, uma Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento") com intuito de aprimorar seus procedimentos de controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, o que inclui os riscos financeiros e relacionados às contas e demonstrações de resultado da Companhia.

A aprovação da Política de Gerenciamento demonstra que a Companhia está em constante busca pelo aperfeiçoamento de suas práticas de controles internos.

5.2 Descrição dos controles internos

Todo e qualquer tipo de informação financeira da Companhia, em especial seu Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras Anuais refletem com fidelidade sua real situação patrimonial, econômica e financeira, de acordo com os princípios contábeis atuais e as normas internacionais aplicáveis em termos de relatórios e controles financeiros.

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. Os Diretores da Companhia estão atentos às novas tecnologias e a Companhia investe em seus controles a fim de aprimorá-los continuamente.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Conforme indicado no item 5.1 deste Formulário de Referência, fazem parte dos controles internos da Companhia os seguintes órgãos: (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Comitê de Auditoria; (iv) Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*; (v) Auditoria Interna e (vi) Gestores e Colaboradores.

Além das competências relacionadas ao gerenciamento de riscos já expostas naquele item, com relação exclusivamente ao controle das Demonstrações Financeiras, destaca-se que o Conselho de Administração se manifesta sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício e por submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

A Diretoria, por sua vez, é a responsável por submeter anualmente, ao Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos resultados apurados no exercício anterior.

O Diretor Administrativo Financeiro é o responsável direto por: (i) dirigir e coordenar a área Administrativa-Financeira da Companhia, incluindo elaborando sua proposta de orçamento anual (ii) coordenar a elaboração e revisar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (iii) supervisionar os serviços contábeis e de gestão e controle financeiro da Companhia.; (iv) coordenar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia, provendo informações financeiras e gerenciais aos demais Diretores e ao Conselho de Administração; (v) responder pelo controle do fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos, visando a maximizar o resultado financeiro, dentro dos níveis de risco previamente estabelecidos pela Companhia; (vi) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os órgãos da Companhia e com as partes envolvidas; (vii) elaborar proposta de destinação do lucro do exercício a ser apresentada ao Conselho de Administração, bem como sobre a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sobre capital próprio para deliberação do

5.2 Descrição dos controles internos

Conselho de Administração; e (viii) exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Presidente.

Por fim, destaca-se o papel da auditoria externa, executada por empresa de classe mundial, contratada para emitir opinião sobre as demonstrações financeiras, e, no escopo de seu trabalho, considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A gestão de riscos implementada na Companhia está alinhada e coerente com o seu planejamento estratégico, estando inserida no compromisso da organização de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos do cliente, legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua.

Os riscos são considerados em todas as decisões e a sua gestão é realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação.

No que tange ao processo de gerenciamento de riscos, conforme mencionado mais acima, a Companhia possui implementada uma Política de Gerenciamento de Riscos que estabelece princípios, diretrizes a serem observados no processo de gestão de riscos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da empresa.

Conforme disposto na Política de Gerenciamento da Companhia, o Conselho de Administração é o responsável por supervisionar o gerenciamento de riscos da Companhia e avaliar periodicamente a exposição da Companhia a Riscos e a eficácia do sistema interno de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*).

Cumpre, ainda, à Diretoria, avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas gerenciamento de Riscos e de controles internos da Companhia e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5.2 Descrição dos controles internos

Os auditores externos da Companhia, quando da execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 apresentaram sugestões de aprimoramento dos controles, sendo que a seguinte deficiência foi apontada como significativa:

Formalização de programa de monitoramento dos controles

Embora a Companhia conte com um ambiente de controles internos com padronização de processos e controles internos estabelecidos, além de executar um plano de monitoramento dos controles com seu time de auditoria interna, ainda são observadas necessidades de análises de processos de negócio relevantes que assegurem a geração de informações financeiras utilizadas para tomada de decisões e preparação das demonstrações financeiras, tais como:

1. Ausência de políticas e procedimentos adequados de contabilização de:

- Operações de instrumentos financeiros (Market-to-Market)
- Reconhecimento de receita dos serviços de O&M
- Risco sacado (Forfait/Confirming)
- Operações de cessão de crédito
- Plano de remuneração baseado em ações

2. Fragilidades nos controles na folha de pagamento que podem expor a Companhia à riscos de acesso e manipulação dos arquivos enviados ao banco para pagamento dos salários e eventuais implicações trabalhistas, previdenciárias e fiscais sobre processos de folha de pagamento;

3. Falha nos controles de gestão de acessos dos sistemas SAP ECC e Sênior.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Em relação às deficiências significativas apontadas no relatório circunstanciado, conforme descritas acima, os diretores notam que a Companhia efetuou todo o mapeamento dos processos de negócio relevantes por meio de contratação de Auditoria Interna – Grant Thornton, a qual executou os planos de ações para a remediação das fragilidades identificadas, além da adoção de políticas e procedimentos de operações relevantes que requerem maior divulgação pelos órgãos reguladores.

1. Ausência de políticas e procedimentos adequados de contabilização:

Foram elaboradas políticas a fim de formalizar os procedimentos relacionados à: a) Operações de instrumentos financeiros (Market-to-Market); b) Reconhecimento de receita dos serviços de O&M;

5.2 Descrição dos controles internos

c) Risco sacado; d) Operações de cessão de crédito; e e) Plano de remuneração baseado em ações ("Políticas").

As Políticas têm como objetivo estabelecer as diretrizes e melhores práticas a serem observadas quando da realização das operações acima listadas.

A Companhia nota que as Políticas já foram analisadas e comentadas pela área jurídica e está no processo de aprovação pelo Conselho de Administração.

2. Fragilidades nos controles na folha de pagamento

Quanto a fragilidade nos controles na folha de pagamento, a Companhia esclarece que está empenhada em realizar uma análise abrangente do sistema de controle da folha de pagamento, com o objetivo de identificar e corrigir as fragilidades existentes. Falha nos controles de gestão de acessos dos sistemas SAP ECC e Sênior.

Por fim, a Companhia esclarece que a área de Tecnologia da Informação (TI) efetuou as correções necessárias relacionadas aos controles de gestão de acesso do sistema Sênior e já tem mapeados os ajustes necessários para mitigar as vulnerabilidades dos acessos no SAP ECC.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Aeris se preocupa em manter uma cultura de integridade como base para um ambiente ético e íntegro. Neste sentido, como principal mecanismo de integridade, temos o Programa de Integridade Aeris ("Programa") que é composto por um conjunto de mecanismos e procedimentos internos, com o intuito de prevenir, detectar e combater a ocorrência de más práticas de *Compliance*. Este Programa possui como principais pilares, a aplicação efetiva dos seguintes documentos:

(i) Código de Conduta Aeris, conjunto de orientações sistematizadas que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação;

(ii) as Políticas de *Compliance*, quais sejam: (a) Política Anticorrupção e Relacionamento com a Administração Pública; (b) Política de Prevenção de Fraudes, Colusão e Coação; (c) Política Concorrencial e Antitruste; (d) Política de Relacionamento com os fornecedores; (e) Política de Divulgação das Informações; (f) Política de Transações com Partes Relacionadas; (g) Política de Aplicação de Medidas Disciplinares; (h) Política de Doações e Patrocínios; (i) Política de Doações Filantrópicas; (j) Política de Prevenção de Fraudes, Colusão e Coação; e (k) Política do Canal de Denúncias;

(iii) os regimentos internos da Comissão Operacional de Integridade ("Comissão de Integridade") e Comitê Operacional de Integridade ("Comitê de Integridade"), aprovadas formalmente pelo Conselho de Administração;

(iv) a divulgação e gestão responsável do Canal de Denúncia Aeris, cujas denúncias são recebidas, analisadas e deliberadas junto a Comissão de Integridade e ao Comitê de Integridade Aeris.

Esses mecanismos possuem o objetivo de informar as diretrizes da Companhia quanto à conduta esperada por seus conselheiros, diretores, representantes, gerentes, colaboradores, estagiários, prestadores de serviço, fornecedores, clientes, parceiros de negócios, consultores, terceiros em geral, atuando de forma a detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, sejam eles praticados na esfera privada ou contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

5.3 Programa de integridade

Nosso Programa está em constante desenvolvimento, de modo que a administração entende que está adequado aos riscos identificados até o momento. Em nossas políticas, reforçamos a preocupação em evitar danos reputacionais, patrimoniais e financeiros à Aeris, de modo que seus conteúdos foram estruturados de forma a prevenir e mitigar os riscos cuja materialização possam implicar nesses danos.

Em atenção especial ao combate à corrupção, instituímos as Políticas e diretrizes de *Compliance* que abordam fortemente este tema, além de trazer as condutas adequadas para que nossos colaboradores e terceiros se mantenham ativos nesse combate, conforme listadas no início deste item. No entanto, é importante destacar que todas as nossas Políticas de *Compliance* abordam em seu conteúdo temas relacionados ao relacionamento ético junto à administração pública, nacional ou estrangeira.

Os riscos aos quais a Companhia está exposta são avaliados periodicamente, com frequência mínima anual, sendo que, dos resultados dessas revisões, são implementados os eventuais ajustes. As adaptações das Políticas de *Compliance* acompanham as revisões dos riscos da Companhia, com frequência mínima, portanto, anual. No entanto, considerando tratar-se de um cenário dinâmico no qual a Companhia busca constante evolução, os documentos podem ser atualizados a qualquer tempo na medida que forem identificados eventuais pontos passíveis de aprimoramento.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento do comportamento ético e da conduta profissional dos colaboradores que atuam na Aeris, criamos o Comitê de Integridade Aeris, que atua sob a Coordenação da Gerência Jurídica e *Compliance*. O Comitê de Integridade é liderado pelo Diretor Presidente da Aeris e abrange todas as ações relacionadas às questões éticas da Companhia, no tocante à conduta que a empresa espera de seus colaboradores, fornecedores, clientes, parceiros, terceiros agentes públicos, e demais integrantes da sociedade.

Este Comitê de Integridade foi formalmente constituído, tendo como base o Regimento do Comitê de Integridade Aeris e, em última instância, reporta ao Conselho de Administração as estatísticas e casos excepcionais tratados a partir de denúncias recebidas. Atualmente o Comitê de Integridade é formado pelo Diretor Presidente, pela Gerente Jurídica e *Compliance*, pelo Diretor de Operações, pelo Diretor Administrativo Financeiro, pelo Diretor de Recursos Humanos, pelo Diretor Industrial e pelo Diretor de Planejamento e Relações Institucionais e Diretora de Suprimentos.

5.3 Programa de integridade

A Companhia tem a intenção de aprimorar as regras de composição do órgão em um futuro próximo, para garantir a existência de mecanismos de independência em sua composição.

Além disso, também estabelecemos a Comissão de Integridade, responsável por fazer a apuração e investigação das denúncias recebidas via Canal de Denúncias tanto via 0800 como pelo site), coletando as evidências necessárias (enviadas via Canal de Denúncias ou, dentro do possível, coletadas na empresa) para a constatação de procedência ou improcedência da denúncia, informando o resultado da apuração ao Comitê de Integridade e dando retorno, com base em respostas padrão (que poderá ser acompanhado pelo denunciante, por meio de código), via sistema do Canal de Denúncias terceirizado. Esta Comissão se reporta ao Comitê de Integridade e foi formalmente constituída, tendo como base o Regimento da Comissão de Integridade Aeris.

Com a intenção de garantir sua independência, a Comissão é composta por empregados de reputação ilibada, das mais diversas áreas que foram indicadas pelo Comitê de Integridade com base em seu histórico íntegro de atuação na Companhia. Adicionalmente, não há participação de qualquer membro da administração em suas atribuições e não está subordinado ou sujeito à hierarquia do Comitê de Integridade - cabendo a estes apenas acompanhar os trabalhos e reportes fornecidos pelo departamento.

Destaca-se, ainda, que a Gerência Jurídica e *Compliance* atua também como interlocutor interno e externo, quando necessário, sobre situações de fraude e outros temas aplicáveis ao referido escopo. Como responsável pela área de *Compliance*, cabe a Gerência Jurídica e *Compliance* garantir a existência de uma atuação estratégica antifraude, com atuação direta nas áreas envolvidas, de forma a prevenir e/ou atuar sobre as situações identificadas, tenham sido elas reportadas por meio do Canal de Denúncia Aeris ou não.

Tais situações deverão ser reportadas ao Comitê de Integridade, quando a situação em questão não envolver algum de seus membros. Quando isto acontecer, apenas os demais membros deverão tomar conhecimento da situação identificada, tenha sido a fraude concretizada ou não (estando ainda na iminência de ocorrer).

A instituição da Gerência Jurídica e *Compliance* não foi formalmente aprovada, tendo em vista que não há previsão nesse sentido no Estatuto Social e demais documentos corporativos da Companhia. A Gerência Jurídica e *Compliance* atua de maneira autônoma e independente, e se reporta, no que for necessário ao exercício de suas atribuições na condução do Programa de *Compliance* da Companhia, diretamente ao Presidente do Conselho de Administração. Para garantir a independência do órgão, não há participação de qualquer membro da administração em suas atribuições e não está subordinado ou sujeito à hierarquia dos órgãos da administração - cabendo a estes apenas acompanhar os trabalhos e reportes fornecidos pelo departamento.

5.3 Programa de integridade

Como mecanismo de garantia da independência dos controles, foi instituído o Canal de Denúncias em 2020, administrado exclusivamente por empresa terceirizada, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. O anonimato é garantido ao denunciante de boa-fé, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. Tal mecanismo foi formalizado e atua em consonância ao item 4.a do Código de Conduta.

iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Companhia possui um Código de Conduta formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de setembro de 2020, como forma de tornar os princípios e regras de conduta acessíveis a todos os nossos colaboradores e terceiros. O Código de Conduta Aeris se aplica a qualquer pessoa que trabalhe na Aeris ou que represente a Aeris, incluindo diretores, gerentes e todos os demais colaboradores, assim como seus fornecedores, prestadores de serviço, representantes etc.

Além disso, a Aeris instituiu em 2021, o Código de Conduta do Fornecedor, estabelecendo as normas e diretrizes especificamente para terceiros, fornecedores, clientes, e todos aqueles que estejam alocados nas suas imediações.

Adicionalmente, todos os colaboradores da Aeris que têm interface com terceiros, sejam eles clientes, fornecedores e/ou prestadores de serviços independentes, devem estar comprometidos em fazer com que estes terceiros conheçam o Código de Conduta de Terceiros, fornecendo-lhes sempre todas as instruções necessárias para evitar qualquer tipo de descumprimento às Políticas da Aeris.

O mesmo acontece com as Políticas de *Compliance* da Companhia, que também se aplicam a todos os colaboradores, dirigentes, conselheiros, e fornecedores de qualquer espécie.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Nosso Programa de Integridade foi concebido de forma a educar nossos colaboradores, dirigentes e fornecedores de um modo geral quanto à conduta íntegra esperada pela Aeris acerca dos mais diversos temas. No entanto, sabemos que haverá casos em que condutas inadequadas acontecerão, e que poderão variar com base na gravidade e reincidência. Neste sentido, foi criada a Política de Aplicação de Medidas Disciplinares, que possui o propósito de estabelecer as regras, diretrizes e orientações aos colaboradores e às partes interessadas quanto à aplicação de Medidas Disciplinares

5.3 Programa de integridade

às condutas que infringirem as regras do Código de Conduta, das Políticas e demais normativos internos da Aeris e ainda, a legislação aplicável à Companhia.

Como exemplos de medidas disciplinares contidas em nossa Política, podemos mencionar:

As medidas orientativas: são medidas disciplinares que envolvem a orientação ao colaborador ou terceiro sobre o seu comportamento, aplicáveis em casos de desvios de conduta de menor relevância e impacto para a Aeris e não reincidentes. Nesse caso, seu gestor imediato deverá monitorar a reincidência e manter o Comitê de Integridade informado sobre eventuais desvios de conduta adicionais do colaborador ou terceiro, para que seja avaliada a adoção de medidas formais. Exemplos: orientações, treinamentos, reciclagens, mudanças nos processos, estabelecimento de controles adicionais, alteração de sistema ou ferramenta de informática etc.

• As medidas formais: são aquelas baseadas na legislação trabalhista, e cuja aplicação deverá contar com o apoio de um representante da Administração de Pessoal, garantindo a observância dos princípios aqui definidos e os demais aspectos legais, tais como, advertência verbal, advertência por escrito, suspensão, demissão sem justa causa, demissão por justa causa e para os casos envolvendo terceiros, não colaboradores, há as sanções previstas em contrato, incluindo a possibilidade de rescisão por culpa do fornecedor.

A aplicação de medidas disciplinares por infração ao Código de Conduta, descumprimento da lei ou das Políticas Internas da Aeris, conforme apuração das evidências e conclusões dos processos investigativos fornecidos pelo Comitê de Integridade e pela Comissão Operacional de Integridade será executada pela Área de Recursos Humanos.

• **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta Aeris foi aprovado em 28 de setembro de 2020 pelo Conselho de Administração da Companhia, podendo ser consultado por nossos colaboradores pela Intranet da Companhia, e pelas partes interessadas através do site: <https://www.ri.aerisenergy.com.br/governanca-corporativa/codigo-de-conduta/> e no site da CVM www.gov.br/cvm.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui um Canal de Denúncia Aeris e é terceirizado com a ICTS Global, referência mundial neste tipo de ferramenta. Estruturamos nosso Canal de Denúncia tendo como base a Confidencialidade (o anonimato é garantido) e na não-retaliação, princípios contidos em nossa Política de Canal de Denúncias e reforçado nas demais Políticas de *Compliance*.

5.3 Programa de integridade

O Canal pode ser acessado por telefone, no número 0800-882-0611 (24h por dia, 7 dias por semana) ou pela Internet, através do site www.canaldedenuncia.com.br/aeris. As denúncias recebidas são apuradas e investigadas pela Comissão Operacional de Integridade, que informa o resultado da apuração ao Comitê de Integridade, que dará seguimento às investigações para as situações denunciadas, ou ainda, contratará investigadores externos profissionais para investigações mais complexas, se necessário.

Desde então é garantida a possibilidade de acompanhamento da denúncia pelo denunciante, inclusive quando a denúncia é feita de forma anônima. Por meio de sistema eletrônico, todo o processo de tratativa da denúncia é evidenciado. Após a conclusão do processo de investigação, além da aplicação de medidas disciplinares, quando cabível, são gerados planos de ação em conjunto com as áreas envolvidas para mitigar os riscos identificado, como ação preventiva e melhorias. O Canal de Denúncia é objeto de periódicas campanhas internas de comunicação e auditorias semestrais.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Denúncias está aberto para recebimento de denúncias de terceiros, que tenham interesse em denunciar ações, omissões, irregularidades, desconformidades, bem como qualquer fato que violem a legislação vigente e/ou as diretrizes do Código de Conduta ou das demais políticas internas da Aeris ou, ainda, que possam causar algum dano a qualquer atividade da Companhia, aos seus colaboradores, acionistas e demais interessados. A Aeris foi construída tendo como base alicerces éticos e assume o compromisso permanente com os valores corporativos. Assim, tendo como base o seu engajamento e protagonismo junto à sociedade, ela proporciona a colaboradores, terceiros, fornecedores e demais partes interessadas, inclusive a sociedade em geral, o Canal de Denúncia Aeris.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O Canal de Denúncia Aeris fornece confidencialidade e segurança para o denunciante, garantindo o anonimato. Não é necessário se identificar, mas é fundamental agir com responsabilidade na hora de realizar os relatos, tendo como base evidências e, sempre que possível, fornecendo estas evidências ao Canal de Denúncias Aeris, anexando-as no site www.canaldedenuncia.com.br/aeris, o que também poderá ser feito de forma anônima. O denunciante também consegue acompanhar o status de sua denúncia, por meio de código informado pelo Canal de Denúncia.

A Aeris garante o máximo sigilo possível e que nenhuma retaliação acontecerá em virtude da sua denúncia. No entanto, caso o denunciante queira se identificar, ainda assim sua identidade será mantida em sigilo. Para maiores detalhes a Política do Canal de Denúncia Aeris poderá ser consultada.

5.3 Programa de integridade

A Companhia possui o princípio da tolerância zero à conduta antiética, o que inclui a realização de denúncias falsas, com o objetivo de tentar prejudicar alguém e que não sejam realizadas de boa-fé.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Comissão Operacional de Integridade é a área responsável por fazer a apuração e investigação das denúncias recebidas via Canal de Denúncias (tanto via 0800 como pelo site), coletando as evidências necessárias (enviadas via Canal de Denúncias ou, dentro do possível, coletadas na empresa) para a constatação de procedência ou improcedência da denúncia, informando o resultado da apuração ao Comitê de Integridade e dando retorno, com base em respostas padrão (que poderá ser acompanhado pelo denunciante, por meio de código), via sistema do Canal de Denúncias terceirizado. Esta Comissão se reporta ao Comitê de Integridade e foi formalmente constituída, tendo como base o Regimento interno da Comissão de Integridade Aeris. Caso seja necessário, poderão ser contratados investigadores externos profissionais, para a realização de investigações mais complexas.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, visto que não há casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui o Código de Conduta e Políticas de *Compliance* que contemplam regras, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito neste item 5.3.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia não identificou alterações significativas nos principais riscos aos quais está exposta no último exercício social. A Companhia entende que os procedimentos e práticas adotados para o gerenciamento de riscos atendem de forma satisfatória suas necessidades de monitoramento e ações de prevenção, mitigação, contingenciamento ou transferência de riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a serem reportadas nesta seção 5 deste Formulário de Referência.